

# A FACULDADE DE DIREITO DO LARGO DE SÃO FRANCISCO: Três Fases da sua História



AGOSTO DE 2017

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Marco Antonio Zago, Reitor

Vahan Agopyan, Vice-Reitor

**FACULDADE DE DIREITO**

José Rogério Cruz e Tucci, Diretor

Renato de Mello Jorge Silveira, Vice-Diretor

## Os 190 Anos dos Cursos Jurídicos no Brasil

Com a criação dos Cursos Jurídicos no Brasil – pela Lei de 11 de agosto de 1827 – a Faculdade de Direito de São Paulo começou a funcionar nas dependências do Convento de São Francisco.

Foi o coroamento do nosso ensino superior, dando início à emancipação do estudo jurídico brasileiro, antes vinculado à Universidade de Coimbra, centro formador de toda e elite política e intelectual no Brasil.

A partir de então, vimos florescer nos bancos da nossa sempre nova e velha Academia grandes e brilhantes juristas pátrios, que passariam a construir a cultura jurídica brasileira no Império e a moldar a estrutura legal do Brasil.

Esta exposição celebra os 190 anos de formação da consciência jurídica brasileira, construída nos bancos do Largo de São Francisco, que agregava todas as humanidades, fazendo-se presente em todos os grandes e importantes momentos da História do Brasil.

Esta exposição foi concebida, originalmente, em 1999. Era Diretora da Faculdade de Direito, a Professora Ivette Senise Ferreira e Presidente da Comissão do Museu, o Professor Luiz Carlos Azevedo.

Foi a primeira de uma série de exposições que desde então vêm sendo organizadas, anualmente, para as comemorações de agosto, pelo Museu da Faculdade de Direito.

Baseia-se, em sua maior parte, no livro *Arcadas*, de Ana Luiza Martins e Heloisa Barbuy.

### COMISSÃO DE MUSEU

Ivette Senise Ferreira, Presidente

Ignacio Maria Poveda Velasco, Vice-Presidente

Heloisa Maria Silveira Barbuy

Maria Cristina da Silva Carmignani

Samuel Rodrigues Barbosa

Servidores

Maria Lucia Beffa

Maria Luiza Mello Isern

Hideo Suzuki

Entidades:

José Carlos Madia de Souza

(Associação dos Antigos Alunos)

### FICHA TÉCNICA

#### Assessoria Museológica

Julio Abe Wakahara

#### Artes Gráficas

Claudio Wakahara

#### Produção

Harpia Produções – Haroldo Kinder

#### Realização

Enfoque Consultoria e Pesquisa em História – Fernanda Scalvi

#### Patrocínio

Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP

Fundação Arcadas



## O Memorial das Arcadas

### O Memorial das Arcadas

O prédio atual da Faculdade de Direito, ocupando o terreno da tradicional Academia, foi projetado por Alcântara Machado e Ricardo Severo para ser um edifício público onde se encontrassem as legítimas memórias da cultura paulista e se fixassem, como num museu, os elementos de uma época e de uma tradição que se tornaram nacionais.

Para tanto, em acréscimo à ornamentação arquitetônica, foi concebida uma série de vitrais que se apresentam em sequência na escadaria, numa alegoria da História do Brasil animada e fundamentada pelo Direito e por valores universais.

Além disso, outros elementos como: a figura de D. Pedro I na Sala da Congregação; a de D. Pedro II no Salão Nobre; a estátua de José Bonifácio, o Moço, logo no saguão de entrada; as salas de aulas com os nomes e retratos de antigos professores da Casa; o túmulo de Julio Frank; o monumento aos estudantes mortos na Revolução Constitucionalista de 1932 e as placas que foram, e continuam sendo, colocadas nas pilastras das Arcadas e nas paredes do andar térreo, completam o Memorial de uma História do Brasil construída a partir da Faculdade de Direito de São Paulo e de seus valores de Liberdade e Justiça.

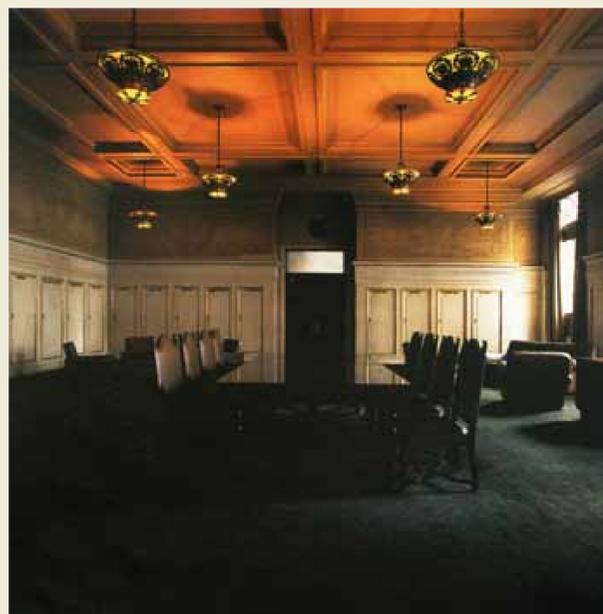
O Salão Nobre. Espaço da solenidade por excelência, é regido simbolicamente por D. Pedro II, em referência ao grande papel exercido pela Faculdade durante o Império. A organização formal assemelha-se à dos tribunais: a ordem hierárquica é indicada pela cadeira mais alta, ao centro da mesa. As cadeiras em hemicírculo que ladeiam a mesa, são geralmente ocupadas pelos docentes portando beca. Foto de Rômulo Fialdini, 1998.



Sala da Congregação. O retrato de D. Pedro I faz reportar ao Império e à Lei de Criação dos Cursos Jurídicos de 1827, cujo caput e artigo 1º estão inscritos em uma das paredes, assim como os nomes de todos os diretores desde o início da instituição. Foto de Rômulo Fialdini, 1998.



Detalhe de lustre em art-deco da Sala da Congregação, ornamentado com motivo de Balanças da Justiça. Foto de Rômulo Fialdini, 1998.



A Sala das Becas. Localizada entre a Sala da Congregação e o Salão Nobre, suas paredes revestem-se de armários personalizados com os nomes dos professores da Casa, guardando-lhes as becas a serem vestidas nas ocasiões solenes. Foto de Rômulo Fialdini, 1998.

## O Memorial das Arcadas



Vitrais da Escadaria, 3º andar. Ao centro, a Lei das XII Tábuas, ladeada por duas alegorias; à esquerda, a Força e à direita, a Temperança, criadas a partir de pinturas de Rafael, pertencentes ao Vaticano. Foto de Claudio Wakahara, 2017.

Vitrais da Escadaria: 1º andar. À esquerda, o Pátio do Colégio; ao centro, A Fundação de São Paulo; à direita A Partida das Monções. Os dois últimos criados a partir das pinturas de autoria, respectivamente, de Oscar Pereira da Silva e de José Ferraz de Almeida Júnior, pertencentes ao acervo do Museu Paulista/USP. Foto de Claudio Wakahara, 2017.



Vitrais da Escadaria: andar térreo. Ao centro, a velha Academia de Direito, ainda no edifício do antigo convento franciscano, ladeada por duas alegorias: à esquerda a Filosofia e à direita, a Justiça, criadas a partir de pinturas de Rafael, pertencentes ao Vaticano. Foto de Claudio Wakahara, 2017.



Vitrais da Escadaria: 2º andar. Ao centro, Independência ou Morte! a partir de pintura de autoria de Pedro Américo, pertencente ao acervo do Museu Paulista/USP. À esquerda e à direita, visão parcial da alegoria do terceiro andar. Foto de Claudio Wakahara, 2017.

Beijo Eterno, escultura que fazia parte do Monumento a Olavo Bilac, do artista William Zadig, originalmente constituído por um busto do poeta cercado de várias alegorias. Inaugurado na avenida Paulista, foi depois desmembrado e esta alegoria passou por vários lugares até ser trazida pelos estudantes para o Largo de São Francisco. Foto de César Viegas.

Placa comemorativa ao dia 11 de agosto. Uma das muitas afixadas nas Arcadas e no andar térreo. Foto de Claudio Wakahara, 2017.



## A Academia de Direito de São Paulo

### Nasce a Casa do Direito

Uma das demandas do processo de consolidação da Independência do Brasil era a formação de quadros intelectuais capazes de administrar o país, ou seja, homens com formação político-jurídica, voltados para os interesses nacionais.

A criação de colégios e universidades, discutida na Assembléia Constituinte de 1823 e incorporada à Constituição de 1824 (art. 179, XXXIII), acabou se concretizando na promulgação da Carta de Lei de 11 de Agosto de 1827, assinada pelo Imperador D. Pedro I, que instituiu dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um na Cidade de São Paulo e outro na de Olinda.

Nasceu a Academia de Direito de São Paulo, que ao longo de seus 190 anos se tornou um símbolo de Liberdade, Direito e Justiça.



Vista da cidade de São Paulo em 1860. Foto de Militão Augusto de Azevedo.



Texto parcial da Carta de Lei de 11 de agosto de 1827.

### José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo

Nascido em Santos, no ano de 1774, estudou Direito em Coimbra e ocupou diversos cargos dentro da monarquia portuguesa. Proclamada a independência do país, foi eleito deputado da Assembléia Constituinte de 1823, sendo defensor da criação de um curso jurídico em São Paulo.

Foi o primeiro presidente da Província de São Pedro, onde fundou a Colônia de São Leopoldo. Em 1825, foi nomeado por D. Pedro I para o cargo de Ministro e Secretário dos Negócios do Império e agraciado com o título de Visconde. Durante esse período, foi promulgada a famosa Lei de 11 de Agosto que concretizou a criação dos Cursos Jurídicos em São Paulo e Olinda.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, autor da lei de criação dos Cursos Jurídicos. Pintura de Luiz A. Fiore. Acervo da FDUSP.



### Luiz José de Carvalho e Mello, Visconde de Cachoeira

Nasceu na Bahia em 1764 e formou-se em leis na Universidade de Coimbra. Foi Conselheiro de Estado, senador pela sua Província e depois Visconde de Cachoeira. Possuidor de grande erudição, se distinguiu pelo tato político e notável cultura literária. Foi deputado na Constituinte de 1823 e autor dos primeiros Estatutos que nortearam a implantação do ensino jurídico no país.

Luiz José de Carvalho e Mello, Visconde de Cachoeira, autor dos primeiros Estatutos dos Cursos Jurídicos do país. Pintura de autor desconhecido. Acervo da FDUSP.



### Os Estatutos

Segundo a Carta de Lei de 11 de agosto de 1827, a regulamentação dos Cursos Jurídicos seria dada pelos Estatutos, elaborados por Luiz José de Carvalho e Mello, Visconde de Cachoeira, um trabalho notável que é o testemunho da mentalidade jurídica da época.

### As Primeiras Cadeiras

A Carta de Lei de 11 de agosto de 1827 estabelecia que, no espaço de cinco anos e em nove cadeiras, seriam ensinadas as seguintes matérias:

1º ano 1ª Cadeira: Direito Natural, Direito Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia.

2º ano 1ª Cadeira: Continuação das matérias do ano antecedente. 2ª Cadeira: Direito Público Eclesiástico.

3º ano 1ª Cadeira: Direito Pátrio Civil. 2ª Cadeira: Direito Pátrio Criminal, com a Teoria do Processo Criminal.

4º ano 1ª Cadeira: Continuação do Direito Pátrio Civil. 2ª Cadeira: Direito Mercantil e Marítimo.

5º ano 1ª Cadeira: Economia Política. 2ª Cadeira: Teoria e Prática do Processo adotado pelas Leis do Império.

## A Academia de Direito de São Paulo

### Os Primeiros Lentes

Lentes, assim eram chamados os professores do nível superior nos tempos da criação dos Cursos Jurídicos. Mais do que mestres, esses homens foram, e continuam sendo, a inspiração para a formação de várias gerações de Juristas, advogados e políticos de destaque em nossa história nacional.

**José Maria de Avellar Brotero** (Direito Natural). Nascido em Lisboa em 1798, estudou Direito em Coimbra, onde obteve o grau de bacharel, posteriormente recebeu o grau de doutor no Brasil. Em 1825, veio para o Rio de Janeiro, constituindo banca de advogado. Foi nomeado o primeiro professor do Curso Jurídico de São Paulo por Carta Imperial de 1827. Sua lição inaugural foi proferida em 1º de março de 1828 e lecionou por quarenta e quatro anos, tendo ocupado, interinamente, a Diretoria da Academia em várias ocasiões. Dentre suas obras destacam-se *Princípios do Direito Natural e Filosofia do Direito Constitucional*.

**Pe. Antônio Maria da Moura** (Direito Natural). Nascido em Minas Gerais, recebeu ordens de presbítero secular, tendo se diplomado na Universidade de Coimbra. Foi nomeado em 1829, lente da primeira cadeira do segundo ano. Em 1831, passou a lecionar a segunda cadeira do quinto ano, Teoria e Prática do Processo. Faleceu em 1842, deixando inédita sua obra *Instituições de Direito Eclesiástico*.

**Baltazar da Silva Lisboa** (Direito Público Eclesiástico). Nasceu em 1761, tendo se doutorado em Direito Civil e Canônico em Coimbra. Exerceu vários cargos públicos antes de ser nomeado lente em 1827. Faleceu em 1840 deixando obras como: *Apontamentos para a História Eclesiástica do Rio de Janeiro e Anais do Rio de Janeiro*.

**Thomaz José Pinto da Cerqueira** (Direito Público Eclesiástico). Nascido em São Martinho de Mosellos, Portugal, formou-se em leis em Coimbra em 1828. Foi nomeado em 1830, exercendo o magistério até 1834. Suas principais obras foram o *Código de Processo Criminal* e o *Tratado Regular e Prático dos Testamentos e Sucessões*.

**Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral** (Direito Pátrio Civil). Nasceu em Cuiabá em 1800 e formou-se em Leis em Coimbra. Nomeado por Carta Imperial em 1829 para a primeira cadeira do terceiro ano. Exerceu interinamente a Diretoria do Curso Jurídico nos anos de 1834 e 1835. Faleceu em 1861 deixando a obra *Direito Administrativo*.

**João Cândido de Deus e Silva** (Direito Pátrio Civil). Natural do Pará, nasceu em 1787, diplomando-se em Direito em Coimbra. Foi professor do Curso Jurídico de São Paulo nos anos de 1830 e 1831. Faleceu em 1860.

**José Joaquim Fernandes Tones** (Direito Pátrio Criminal). Nasceu em Mariana, Minas Gerais, em 1797. Nomeado para cadeira em 1829, exerceu o cargo até 1833. Faleceu em 1896.

**Clemente Falcão de Souza** (Direito Mercantil e Marítimo). Nascido em Bom Jardim, Pernambuco em 1798. Bacharelou-se em leis pela Universidade de Paris. Foi nomeado catedrático em 1831. Advogado, político e jornalista, dirigiu o periódico Phoenix de 1836 a 1841.

**Carlos Carneiro de Campos** (Economia Política). Natural da Bahia, nasceu em 1805, graduando-se em Coimbra. Foi nomeado em 1829, ocupando a Diretoria do Curso Jurídico de São Paulo de 1833 a 1835. Foi um dos fundadores da Sociedade Philomática tendo sido diretor de sua revista. Faleceu em 1878.

**Luiz Nicolau Fagundes Varella** (Teoria e Prática do Processo Civil e Comercial). Avô do poeta Fagundes Varella, nasceu na Província do Rio de Janeiro. Formado em Coimbra, foi nomeado lente catedrático em 1828. Faleceu no exercício do cargo em 1831.

### O Curso Anexo

Ao criar os Cursos Jurídicos, a lei determinou também o estabelecimento, em São Paulo e em Olinda, de um curso preparatório. O Curso Anexo, como ficou conhecido em São Paulo, era dirigido a jovens que viriam ingressar na Academia e visava ao aprimoramento dos conhecimentos dos estudantes.

Na gíria da época, os alunos do Curso Anexo eram chamados de “bichos” e o local onde eram ministradas as aulas era conhecido como “curral”. Oficialmente, a expressão “aulas menores” designava o curso preparatório, em contraposição ao Curso Jurídico, onde se ministravam as “aulas maiores”.

As matérias previstas para os exames de ingresso eram língua francesa, gramática latina, retórica, geometria e filosofia racional e moral. O exame deveria ser feito pelo aluno num prazo máximo de quatro anos. Outras disciplinas, como história, geografia e língua inglesa, também foram ensinadas logo nos primeiros anos.

### José Arouche de Toledo Rendon

Nascido em São Paulo em 14 de março de 1756, cumpriu o curso de Direito em Coimbra doutorando-se em 1779. Pelo decreto de 13 de outubro de 1827, foi nomeado como o primeiro diretor do Curso Jurídico de São Paulo, cargo que exerceu até sua exoneração em 1833.

Personagem de grande atuação no processo de Independência do país, uma de suas primeiras funções no novo cargo, foi a escolha de um edifício para abrigar a recém criada Academia de Direito de São Paulo, tendo escolhido o Convento de São Francisco.

Faleceu em 26 de junho de 1834 deixando importantes obras como *Memórias sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo* e *Elementos de Processo Civil*, precedido de instruções para os juizes municipais.



José Arouche de Toledo Rendon, primeiro diretor da Academia de Direito de São Paulo. Pintura de autor desconhecido. Acervo da FDUSP.



Retrato de Avellar Brotero, primeiro professor da Academia de Direito de São Paulo. Pintura de autor desconhecido. Acervo da FDUSP.



Obra de Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito/USP.

## A Academia de Direito de São Paulo

### Os Mestres do Curso Anexo

Dois professores do Curso Anexo podem ser apontados como as personalidades que marcaram a vida dos estudantes dos primeiros tempos. Ambos eram estrangeiros.

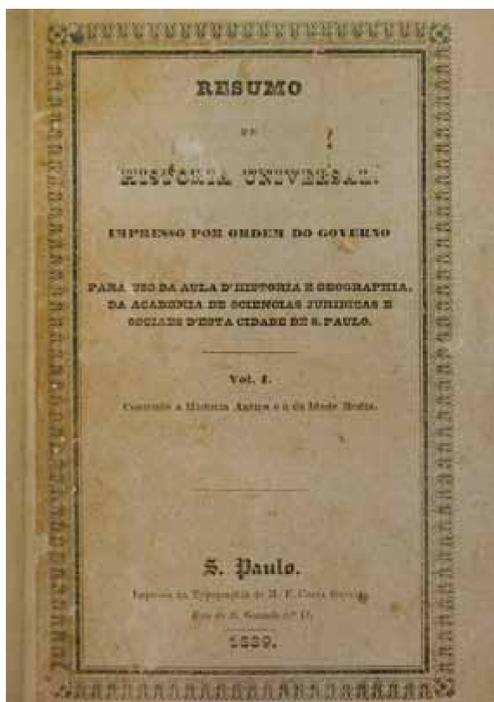
Giovanni Battista Libero Badaró era um médico italiano que instalou-se em São Paulo em 1828, onde, além da prática da medicina, lecionava geometria no curso preparatório. Foi o criador do segundo jornal da cidade, *O Observador Constitucional*, que fazia oposição ao regime imperial defendendo princípios liberais e republicanos. Figura de destaque em seu tempo, como médico querido e intelectual líder dos moços da Academia, ficou conhecido como o “mártir da liberdade” devido a sua trágica morte.

Depois de sofrer várias ameaças por suas convicções políticas, foi atacado a tiros no dia 20 de novembro de 1830, na porta de sua casa na Rua São José, atual Rua Libero Badaró.

Julius Gottfried Ludwig Frank ou apenas, como ficou conhecido, Julio Frank era alemão e chegou à capital em 1834 para lecionar história e geografia no Curso Anexo. Lecionou também latim, grego, francês, italiano, filosofia e alemão.

Publicou em 1839, o livro *Resumo de História Universal*. Professor por vocação, era dono de uma erudição ímpar comparada ao que se podia encontrar em São Paulo. Foi o fundador da sociedade secreta Burschenschaft - a Bucha

e, atuando em favor de idéias liberais e republicanas, teve enorme influência sobre os estudantes da Academia sendo por eles venerado. Morreu de pneumonia em 1841 e foi enterrado no pátio menor da própria Academia uma vez que, como protestante, não podia ser enterrado nos cemitérios da cidade, todos pertencentes às igrejas católicas.



*Resumo de História Universal*, obra de Júlio Frank editada em São Paulo, em 1839.

Retrato de Júlio Frank.

Retrato de Libero Badaró de Nair Opromola, 1945. Acervo Museu Paulista/USP.



## O Convento de São Francisco

### O Convento de São Francisco

Ponto de parada de viajantes e tropeiros, a meio caminho entre o litoral e o sertão. Foi assim que a São Paulo colonial foi comumente descrita nos relatos dos viajantes e missionários. Um lugar onde nunca se está para ficar por muito tempo, a não ser em missão religiosa.

O antigo Convento de São Francisco, construído em 1647, era um dos pontos de referência da cidade. Como as demais construções de São Paulo, o prédio do Convento era feito em taipa, uma mistura de argila com areia grossa que era socada em formas de madeira e que depois de seca, formava paredes bem resistentes de 3 a 5 metros de espessura.

Internamente, possuía um pátio a céu aberto circundado por arcadas, de acordo com os padrões usuais para conventos. Apresentava-se com uma longa fachada, com fileiras de janelas em dois andares que correspondiam às celas individuais destinadas à moradia dos monges. Durante o período colonial e ainda por algumas décadas do século XIX não havia a entrada central para o Convento, ao qual só se podia ingressar através da Igreja a ele contígua.

Em 1827, depois de avaliar os três conventos da cidade - o do Carmo, de São Bento e de São Francisco - Arouche Rendon recomendou, em carta enviada ao Visconde de São Leopoldo, que esse último fosse escolhido para abrigar provisoriamente a Academia de Direito, por possuir, além de uma infra-estrutura adequada com boa quantidade de salas, uma biblioteca organizada pelos frades franciscanos desde a fundação do Convento.

Panorama de São Paulo em 1823, a partir de ponto próximo ao Caminho de Santos. Aquarela de Edmund Pink. Acervo da Bovespa.

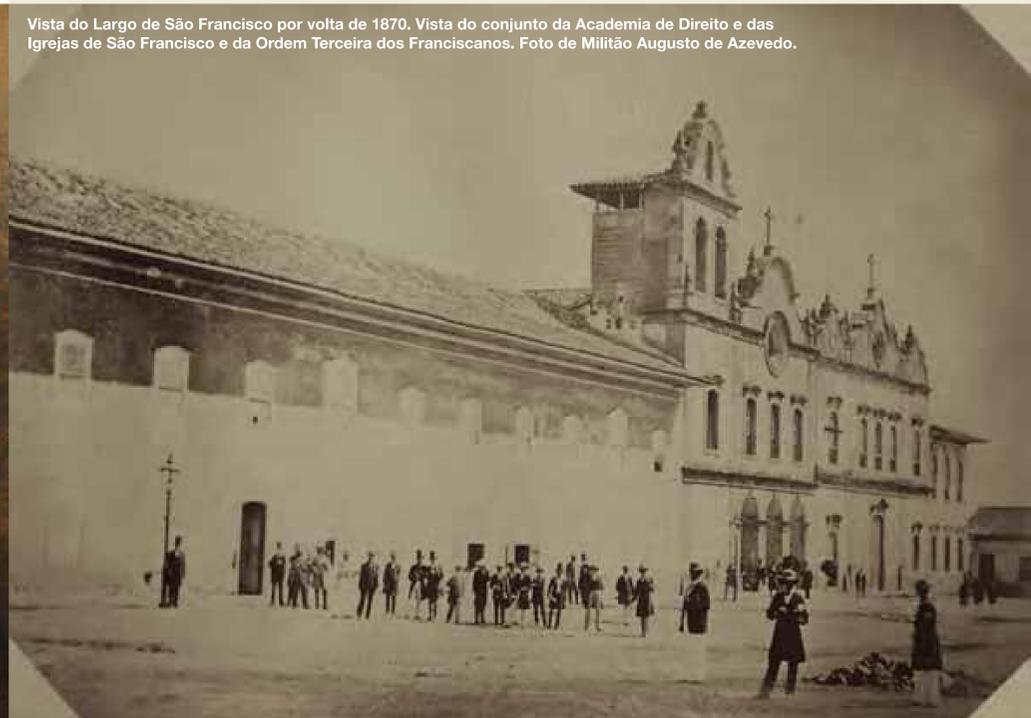


Academia de Direito de São Paulo em 1884. Talvez essa seja a última foto onde pode ser vista a fachada original do Convento de São Francisco.

A Academia de Direito e Adjacências em 1877.



Vista do Largo de São Francisco por volta de 1870. Vista do conjunto da Academia de Direito e das Igrejas de São Francisco e da Ordem Terceira dos Franciscanos. Foto de Militão Augusto de Azevedo.



# A Presença dos Estudantes

## Vida de Estudante

Com o início das aulas em 1º de março de 1828, comparecia à Academia de Direito de São Paulo a primeira turma composta de trinta e três alunos de todas as partes do país, nove da capital, oito de cidades do interior da Província de São Paulo, dez do Rio de Janeiro, quatro de Minas Gerais e dois da Bahia.

Os estudantes que vinham eram meninos com quinze anos - idade mínima prevista pela Carta de Lei de 11 de agosto para se iniciar o curso de Direito. Muitos chegavam mesmo antes para freqüentar o curso preparatório chamado de Curso Anexo e depois prestar os exames para ingresso na Academia.

A confluência de jovens vindos de regiões culturalmente diferentes trouxe enorme vitalidade ao ambiente e começou a dinamizar a vida paulistana. Coube aos estudantes a introdução em São Paulo de uma nova estrutura social, trazendo a necessidade das casas de diversões, do teatro, dos hotéis e das atividades intelectuais.

A sede de atuação dos moços foi muito além das pilhérias, dos bailes, dos passeios e da boemia. Neste ambiente em ebulição, eles criaram associações e jornais, fizeram literatura, teatro e em quase tudo imprimiram preocupações e ações políticas.



Teatro São José, fundado em 1864. Foto de Militão Augusto de Azevedo.

Padaria e Confeitaria da Rua de Santa Teresa, no final do século XIX, um dos quarteirões que seriam demolidos para a abertura da Praça da Sé.



Pensão e restaurante Milano por volta de 1860.



Hotel Palm por volta de 1870. Foto de Militão Augusto de Azevedo. Os primeiros hotéis que davam hospedagem sem pedir uma carta de recomendação começaram a surgir em torno de 1854. Até então, só havia na cidade as albergarias para tropeiros. Não havia também restaurantes e os estudantes dos primeiros tempos, tinham que se contentar com a hospitalidade particular.



## Os Românticos da Academia

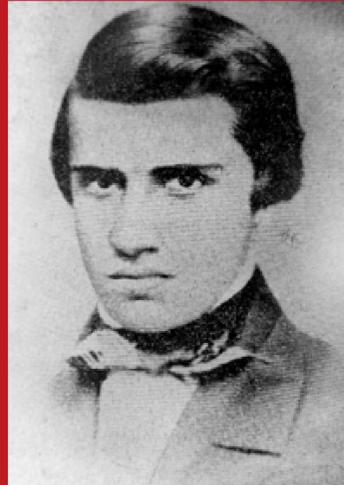
Foi com a implantação da Academia que as noites de São Paulo começaram a ser vividas. Somente esses jovens estudantes, com a cabeça cheia de leituras políticas e poéticas, foram rebeldes e impulsivos o suficiente para romper com a ordem estabelecida pela rígida sociedade paulista, por eles considerada atrasadamente pacata.

Foi do meio desses estudantes boêmios, românticos e “cosmopolitas” que se viu o surgimento dos primeiros literatos de peso da nação. Dentre eles, grande destaque deve ser dado àqueles que se tomaram símbolos imortais para a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco: Álvares de Azevedo, Castro Alves e Fagundes Varela.

Tanto o destino trágico destes três poetas, que morreram jovens sem sequer concluir o Curso Jurídico, quanto a qualidade poética das obras que eles nos legaram, vieram a formar no imaginário e na tradição da Academia, uma tríade, uma espécie de “espírito das Arcadas”.

Mais tarde, quando foi erguida uma nova fachada para o velho Convento, sobre as três portas de entrada colocaram-se placas de mármore com o nome dos poetas gravado em cada uma delas. Essas placas ainda hoje são mantidas na portada do prédio atual.

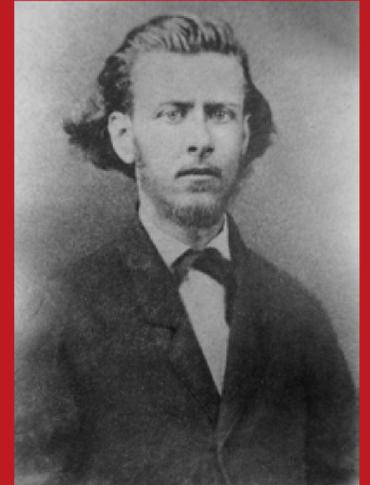
Retrato de Álvares de Azevedo aos 17 anos, 1847/1848.



Retrato de Castro Alves na década de 1860. Foto de Militão Augusto de Azevedo.



Retrato de Fagundes Varela em 1863.



## A Presença dos Estudantes

### A Imprensa Acadêmica

A imprensa foi o maior campo de atuação dos acadêmicos de Direito. Até então a cidade possuía um único jornal, *O Farol Paulistano*, de 1827.

O jornalismo acadêmico, somente no período do Império, foi representado por mais de cem títulos. Em suas páginas é possível recuperar textos esquecidos de consagrados autores nacionais ou tirar do anonimato a produção de talentos não reconhecidos a seu tempo.

*O Amigo das Letras*, lançado em 1830, foi o primeiro jornal acadêmico não só de São Paulo como também do Brasil. O mesmo se deu entre as revistas, com o lançamento da *Sociedade Philomática*, de 1833. Algumas dessas publicações existiram por muito tempo, outras não passaram do primeiro número.

Fundadas, dirigidas e redigidas por estudantes, cada uma representava uma corrente de ideias ou preocupações. O conjunto delas fornece a noção da efervescência intelectual e política que se vivia então.



Exemplar do jornal acadêmico *Onze de Agosto*, de 15 de outubro de 1875.



Exemplares de jornais e revistas acadêmicas.

### Tradições Acadêmicas A Bucha

Júlio Frank trouxe a ideia da criação da Burschenschaft (literalmente, sociedade de jovens), de sua experiência como estudante universitário na Alemanha onde, na voga das sociedades secretas, esta havia sido criada.

A Burschenschaft paulista, logo apelidada de Bucha não era uma loja maçônica, embora próxima da maçonaria em muitas de suas características e objetivos. Era uma sociedade secreta cujos membros pertenciam todos à Academia de Direito.

A Bucha difundia ideias liberais, republicanas e abolicionistas e atuava também como sociedade filantrópica, muitas vezes financiando os estudos de jovens sem recursos. Sabe-se que durante várias décadas foi uma organização muito ativa e congregou vários estudantes que viriam a se destacar na política nacional como Affonso Penna, Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Barão do Rio Branco, Ruy Barbosa, Afonso Arinos e Júlio de Mesquita Filho.

## Grandes Personalidades

### José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente

Nascido em São Paulo em 1804, formou-se na primeira turma da Academia de Direito (1828-1832). Como grande homem de seu tempo, participou do movimento de Independência do país e ocupou diversos cargos no governo com atuação destacada na política exterior do Império.

Foi também um teórico de expressão, doutorando-se em 1843 com aprovação plena, disputando a distinção acadêmica da “borla” e “capelo”. Agraciado pelo Imperador D. Pedro II com o título de Marquês de São Vicente, aposentou-se como Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Em 1865, foi convocado pelo Imperador na busca de soluções jurídicas para a questão da libertação dos escravos, formulando todo um conjunto de medidas para uma tentativa de abolição gradual da escravatura. Seus escritos serviram de base para a redação final da Lei do Ventre Livre.

Deixou grande contribuição jurídica em suas obras clássicas: *Apontamentos sobre as Finalidades do Processo Civil*, *Apontamentos sobre Processo Criminal e sua Forma*, o *Direito Público Brasileiro* e a *Análise da Constituição do Império*.

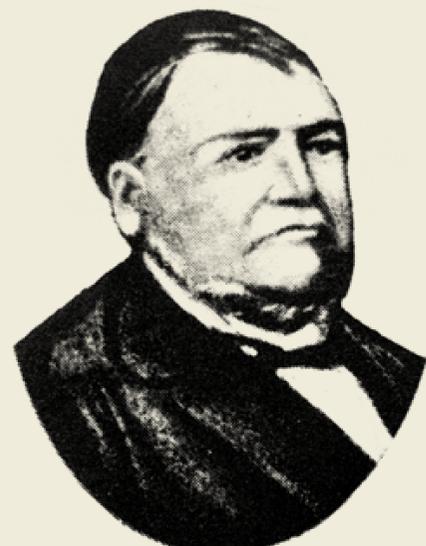


Retraio de Pimenta Bueno.

### Augusto Teixeira de Freitas

Nasceu em 1816 na Bahia e ingressou na Academia de Direito de São Paulo em 1832. Coursou do 1º ao 4º ano em São Paulo, tendo depois se bacharelado pela Academia de Olinda.

Em 1848, realizou um gigantesco trabalho de consolidação de toda a legislação civil. Foi incumbido, em 1859, pelo Ministério da Justiça de elaborar o projeto do primeiro Código Civil brasileiro, tendo publicado, entre 1860 e 1865, os sete volumes de seu *Esboço do Código Civil*.



Retrato de Teixeira de Freitas.

# A Academia de Direito de São Paulo

## A Reforma do Ensino Livre

No bojo da discussão sobre a manutenção da Academia de Direito em São Paulo ou centralização universitária na Corte, foi promulgada em 1879 a Reforma de Leôncio de Carvalho com uma nova regulamentação para o ensino primário e secundário da Corte e para o ensino superior em todo o Império.

Conhecida como Reforma do Ensino Livre, dividiu as Faculdades de Direito em duas seções, uma de Ciências Jurídicas e outra de Ciências Sociais. Além disso, dispensou os alunos do comparecimento às aulas. Assim, estes poderiam comparecer somente aos exames, e alguns estudantes chegaram a concluir o bacharelado em quatro, três e até dois anos, chamados então de “bacharéis elétricos”.

Esta reforma constitui-se em verdadeiro toque de debandar, extinguindo o espírito de associação e a frequência à Academia. A frequência obrigatória só seria restabelecida em 1896 para os Cursos Jurídicos e em 1901 para as demais escolas superiores.

O Largo de São Francisco com estátua de José Bonifácio, o Moço em 1899.



## As Cadeiras

O Decreto nº 7247 de 19 de abril de 1879, determinou que as novas seções das faculdades de Direito seriam compostas pelas seguintes matérias:

### Ciências Jurídicas

Direito Natural  
Direito Romano  
Direito Constitucional  
Direito Eclesiástico  
Direito Civil  
Direito Criminal  
Medicina Legal  
Direito Comercial  
Teoria do Processo Criminal, Civil e Comercial  
Aula prática do mesmo processo.

### Ciências Sociais

Direito Natural  
Direito Público Universal  
Direito Constitucional  
Direito Eclesiástico  
Direito das Gentes  
Diplomacia e História dos Tratados  
Direito Administrativo  
Ciência da Administração e Higiene Pública  
Economia Política  
Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado

## Os Professores

Neste período, muitos professores marcaram sua passagem pelas Arcadas da Academia de Direito. Dentre eles pode-se destacar:

**Francisco Antônio Dutra Rodrigues** (Direito Romano). Matriculado em 1861, formou-se em 1866. Foi nomeado lente substituto em 1872 e alcançou a cátedra em 1881, ocupando a cadeira de Direito Romano. Fez grande fama entre os alunos e suas apostilas, reunidas em volume, receberam o nome de Dutra. Foi Conselheiro de Sua Majestade, vice-presidente da Província de São Paulo e presidente do Banco de Crédito Real.

**José Rubino de Oliveira** (Direito Administrativo). Ex-seminarista, tomou-se bacharel em 1868. Um dos primeiros mestres mulatos, veio a ser nomeado professor substituto em 1879 e atingiu o posto de lente catedrático em 1882 na cadeira de Direito Administrativo. Doutrinador sereno, foi um dos mais respeitados de seu tempo, tanto pelos alunos, como pela Congregação. Deixou uma única obra: *Epítome de Direito Administrativo Brasileiro*.

**Joaquim Ignacio Ramalho, o Barão de Ramalho** (Processo e Prática Forense). Formou-se em 1834 e em 1836 obteve o grau de doutor. Tornou-se professor substituto em 1836. Teve vários cargos como de juiz de paz, vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo, presidente da Assembléia Provincial de São Paulo e Presidente da Província de Goiás. Presidiu a Comissão para a construção do Monumento do Ipiranga. Foi católico praticante e ao mesmo tempo maçom, Venerável da Loja Piratininga, da qual foi co-fundador e na qual trabalhou pela abolição da escravatura. Primeiro Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, foi, principalmente, advogado militante e, sobretudo, jurista e professor. Foi diretor da Faculdade de Direito, pela primeira vez, em 1882-1883, aposentando-se em seguida. Em 1891, foram chama-lo para ser novamente diretor, função que exerceu novamente até falecer, em 1902. Foi um dos mais importantes professores da Faculdade no século XIX. Publicou *Elementos de processo criminal, Prática civil e commercial, Praxe brasileira e Instituições Orphanologicas*.

**José Bonifácio, o Moço** (Direito Civil e Direito Criminal). Formou-se em 1853. Como professor, foi substituto na Faculdade de Direito do Recife, de 1854 a 1858, e depois na de São Paulo, de 1858 a 1861 e depois catedrático até 1879. Foi Deputado Provincial, Deputado Geral por São Paulo, Ministro da Marinha e Senador do Império (1879 a 1886). Foi abolicionista. Teve publicados um volume de poesias – *Rosas e Goivos* – e uma seleção de seus *Discursos Parlamentares* (1880). Deixou diversos escritos em periódicos como *Tribuna Liberal* e *Ensaios Litterarios do Atheneu Paulistano*. Em seu tempo, foi o professor mais querido e admirado dos estudantes, uma liderança depois lembrada por antigos alunos como Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa.

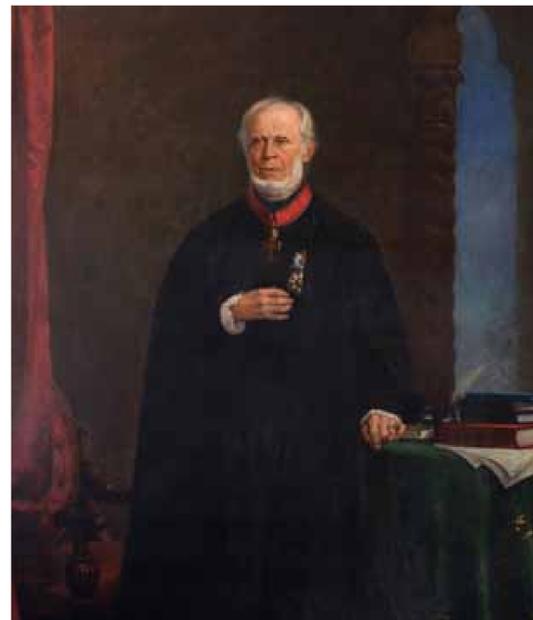
Retrato de Dutra Rodrigues.



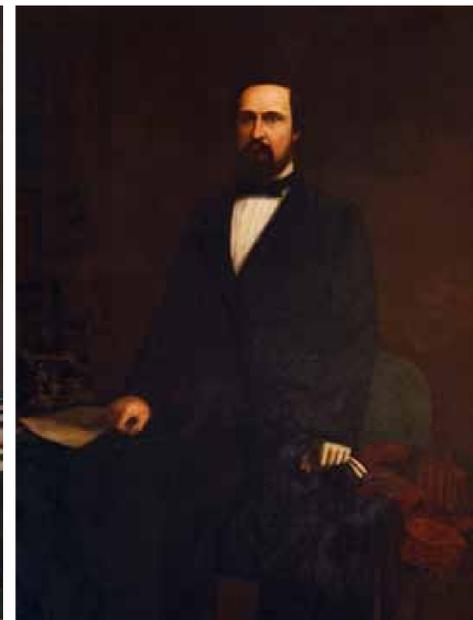
Retrato de Rubino de Oliveira.



Retrato do Barão de Ramalho. Pintura de Elpideo Torrini. Acervo da Faculdade da FDUSP.



Retrato de José Bonifácio, o Moço. Pintura de Angelo Agostini. Acervo da Faculdade da FDUSP.



# A Academia de Direito de São Paulo

## A Nova Academia de São Paulo

Em fevereiro de 1880 um incêndio irrompeu no conjunto formado pela Academia e a Igreja de São Francisco, danificando parte significativa de ambos. Apesar dos indícios criminosos, os culpados nunca foram encontrados.

Em decorrência dos danos causados pelo incêndio, em 1884 teve início uma grande reforma do edifício. O interior foi restaurado e pintado e foi providenciada a instalação de água e de iluminação a gás. O salão nobre foi ricamente decorado, tendo seu teto e paredes pintados por Villaronga, um famoso artista espanhol radicado em São Paulo.

A fachada original foi substituída por outra em estilo renascença, no alto da qual foi colocado um grande relógio. A Academia passou a ter uma entrada independente da Igreja, dividida em três largas portas que se abriam para o Largo de São Francisco. Sobre cada uma delas foram colocadas placas de mármore homenageando os poetas Fagundes Varela, Álvares de Azevedo e Castro Alves.



A Academia de São Paulo por volta de 1890. Foto de Gaensly & Lindemann.



Entrada da Academia de São Paulo, construída depois da reforma de 1884. Ao alto, vê-se a placa de mármore em homenagem ao poeta Álvares de Azevedo.



Vista do Salão Nobre da Academia, pouco antes de sua demolição em 1933.

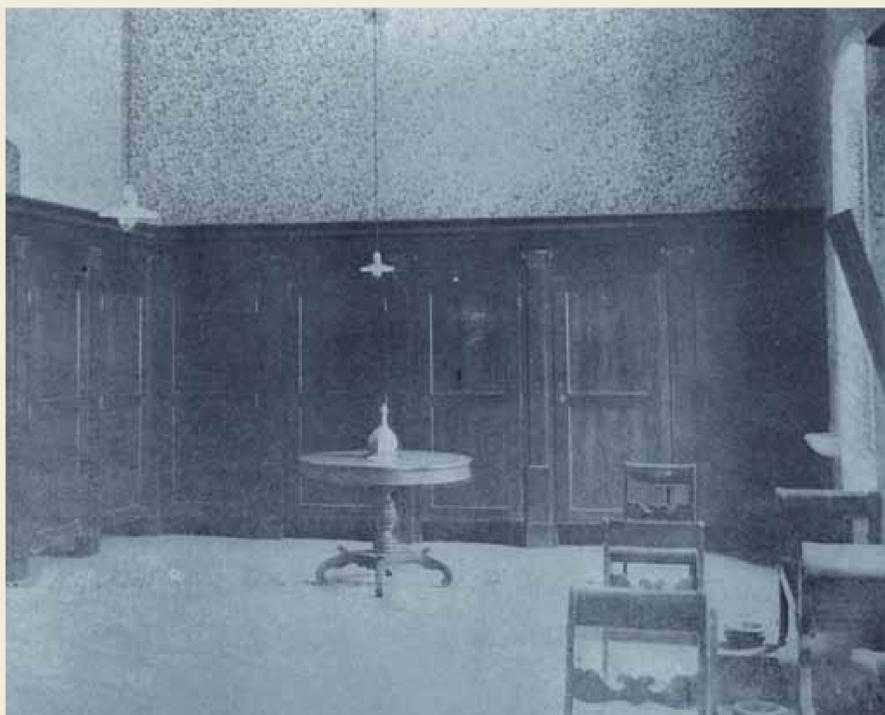


Planta do 1º pavimento da Academia de São Paulo, de 1929.

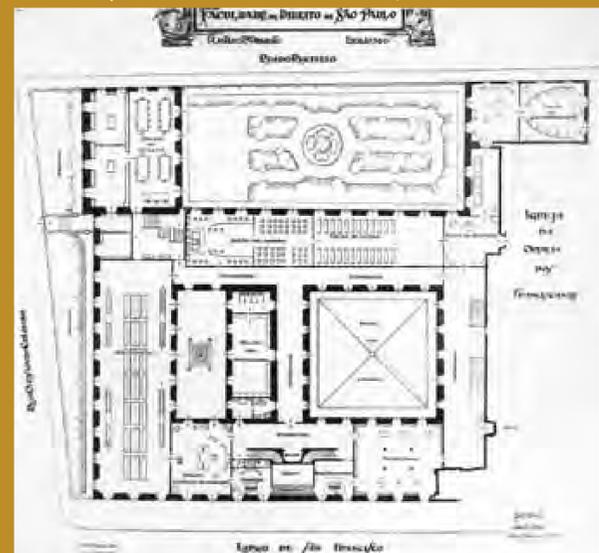
Vista da Sala de Aula nº2 em 1905.



Vista da Sala das Becas em 1905.



Planta do 2º pavimento da Academia de São Paulo, de 1929.



# A Presença dos Estudantes

## Os Estudantes

Encerrada a fase marcada pelo cultivo do byronismo, da boemia romântica, do proliferar das associações científicas e literárias, surge uma nova geração marcada pelo exercício da política.

As campanhas republicana e abolicionista passaram a presidir o cotidiano dos estudantes. A criação de clubes, associações e jornais constituíram-se em instrumentos de intensa propaganda. A livre circulação de idéias e o ambiente questionador que pairava na Academia intensificaram-se escandalizando a conservadora sociedade local.

Estudantes em frente à Academia de Direito em 1886.



## Moradas de Estudantes

Com a precariedade de moradas e a inexistência de hospedarias e hotéis, a cidade foi sendo tomada pelas famosas repúblicas de estudantes. Vindos de todas as partes do país, esses jovens alugavam casas nas imediações da Academia, dividindo-se pela origem comum ou pelas afinidades de temperamentos e aptidões.

A república era um espaço configurador de liberdade, onde se formava o espírito acadêmico peculiar aos moços que freqüentavam as Arcadas. Ali corriam as existências soltas, as transgressões da mocidade precoce dos acadêmicos que, em geral, iniciavam o curso aos 15 anos. A repentina auto-suficiência cotidiana inculcava posturas ousadas, violadoras da tradicional reverência às normas que traziam de casa. Muitas dessas repúblicas, como a Communa, são lembradas tanto pelos membros ilustres que abrigaram como pelas façanhas realizadas.

República da Chácara Inglesa, no antigo Largo São Paulo. Antiga residência da Marquesa de Santos, nesta república moraram Álvares de Azevedo e Bernardo Guimarães.



Vista da Praça da Sé e início da Rua XV de Novembro em 1890. O ponto de encontro dos acadêmicos eram os cafés e confeitarias localizados no velho Triângulo. Em torno das mesinhas do Girondino, do Café Brandão ou do Acadêmico, os estudantes reuniam-se para escrever um manifesto ou debater idéias políticas. Nos salões da Confeitaria Fasoli ou da Brasserie Paulista passavam horas fazendo versos, discutindo literatura e questões de Direito ou simplesmente lendo jornais.



## Centro Acadêmico XI de Agosto

O Centro Acadêmico XI de Agosto foi uma reação à inércia e ao marasmo que haviam tomado a classe acadêmica, provocado em grande parte pelas consecutivas reformas de ensino que pulverizaram a freqüência às aulas, minando em parte o convívio acadêmico. Somente em 1901, com o retorno da obrigatoriedade de freqüência às aulas, afloraram novos grupos ávidos de representação e participação. Começava a surgir a idéia do centro acadêmico.

Em 1903, foram convocados todos os estudantes da Casa, sem distinção de ano, classe, ideologia e credo. Após a eleição da comissão responsável pela elaboração dos Estatutos, esperou-se até o dia onze de agosto para a instalação oficial da nova associação acadêmica.

O Centro Acadêmico tem sido um verdadeiro laboratório de prática partidária com suas eleições de diretoria disputadíssimas, precedidas de intensas campanhas. Foi também pioneiro em nosso país com a adoção, em 1925, do voto secreto para escolha de seus dirigentes.

Comissão de redação da revista *O Onze de Agosto*, em 1908. Da esquerda para a direita: Affonso Penteado, Adolpho Kinder, Cândido Junqueira de Andrade, César Lacerda de Vergueiro e Alfredo E. de P. Assis.



## Tradições Acadêmicas Hinos e Trovas

A música sempre esteve presente no cotidiano dos moços da Academia de Direito, manifestando-se de muitas formas.

O Hino Acadêmico foi composto em 1859, durante uma visita do jovem músico Carlos Gomes à cidade de São Paulo. Tendo ficado hospedado numa república de estudantes, conheceu o acadêmico Francisco Leite de Bittencourt Sampaio e dessa reunião nasceram a letra e a música deste Hino que é a expressão genuína do espírito que dominava a alma da mocidade daquele tempo.

As trovas, pequenas composições líricas, eram a expressão do espírito zombeteiro dos estudantes da Academia. Aprendidas espontaneamente, ao longo dos anos foram se somando aos versos das trovas tradicionais outros novos alusivos às questões do momento. Versos singelos que ficaram gravados na memória de todos aqueles que passaram pelas Arcadas do Largo de São Francisco.

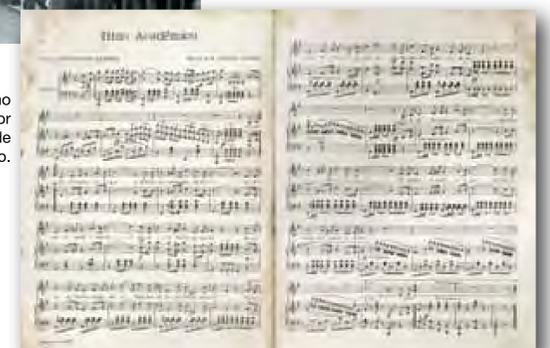
Quando se sente bater  
No peito heróica pancada  
Deixa-se a folha dobrada  
Enquanto vai se morrer.

A moça disse pra outra  
Com esse eu não me arrisco  
Pois ele estuda Direito  
No Largo de São Francisco. (...)



Rua XV de Novembro em 1898. No canto direito, vê-se a Casa Levy, de propriedade de Henrique Luiz Levy. Foi ele o responsável pela vinda de Carlos Gomes a São Paulo em 1859 e pela organização de um concerto onde predominaram as composições do jovem maestro e foi cantado, pela primeira vez, o Hino Acadêmico.

Trecho da partitura do Hino Acadêmico composto por Carlos Gomes, com letra de Bittencourt Sampaio.



# Grandes Personalidades

## Joaquim Nabuco

Joaquim Aureliano Barreto Nabuco de Araújo foi aluno da célebre turma de 1866-1870, da qual fizeram parte Ruy Barbosa, Castro Alves, Affonso Penna e Rodrigues Alves. Agente fulgurante do movimento da abolição, cursou a Academia de São Paulo até o terceiro ano, tendo-se graduado em Recife. Como estudante, ocupou os principais espaços da vida acadêmica fundando a *Tribuna Liberal*, escrevendo no *Ypiranga* e presidindo o *Ateneu Paulistano*. Em 1883, publicou em Londres *O Abolicionismo*, que ratificava sua postura militante acreditando na conciliação das raças, prevendo a transformação pacífica do trabalho escravo para o livre.

Apesar de sua efetiva identificação com o regime monárquico, participou ativamente da República como jornalista correspondente no exterior, embaixador do Brasil em Washington, presidente do Congresso Panamericano e árbitro da questão do território da Guiana Inglesa.



Joaquim Nabuco em visita à Academia em 1906.



Retrato de Joaquim Nabuco



O Barão do Rio Branco em Baden-Baden, Alemanha em 1900.



Visita dos estudantes da Academia de Direito de São Paulo ao diplomata Barão do Rio Branco no Palácio do Itamaraty em 1908.

## Barão do Rio Branco

José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1862, onde cursou os quatro primeiros anos completando o curso em Recife. Foi um aluno aplicado e metódico e colocou-se a favor da corrente abolicionista.

Fiel à Monarquia, levou algum tempo para desabrochar na carreira diplomática, vivenciada ao tempo da República. Suas vitoriosas atuações nas disputas relativas a definição de fronteiras, ordenação e estabilidade de nosso mapa geográfico tornou-o o Ministro do Exterior insubstituível que, junto aos colegas antigos Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa, inseriu o Brasil no cenário internacional.

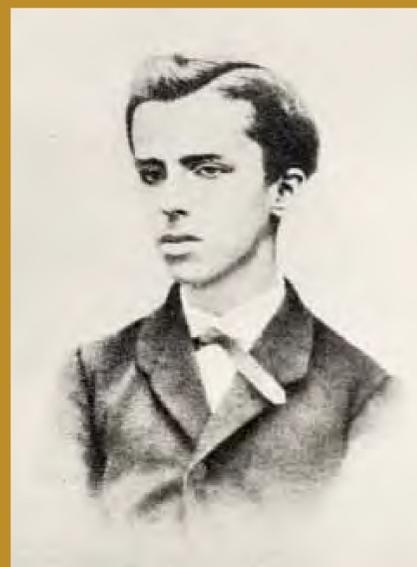
## Ruy Barbosa

Nascido na Bahia em 1849, Ruy Barbosa de Oliveira iniciou o Curso Jurídico em Olinda, transferindo-se no 3º ano para a Academia de São Paulo. Logo que chegou, atirou-se à vida política e literária. Avançou por todos os gêneros e atividades que a vida acadêmica lhe propiciou: foi sócio do Ateneu Paulistano, da Loja América fundada por Américo Brasiliense e tornou-se redator chefe da Imprensa Acadêmica. Em 1869, criou o *Radical Paulistano*, órgão do Clube Radical de cunho exclusivamente doutrinário, em prol da causa democrática. Em 1870, participou da criação do grêmio acadêmico abolicionista Fraternização que dava continuidade aos propósitos da Fraternidade de 1864, considerada primeira sociedade secreta empenhada na libertação dos escravos.

Estadista e jurisconsulto, teve importante papel no cenário político da Primeira República, destacando-se sua participação na elaboração da Constituição de 1891 e na II Conferência de Paz em Haia.

Durante toda sua vida política, Ruy Barbosa manteve os seus laços com a Academia de São Paulo. Exemplo disso, está no seu discurso proferido aos estudantes da Velha Casa durante a Campanha Civilista de 1909 quando, então, foi candidato à Presidência da República:

“Vós sois a continuação dos nossos mestres, cujas imagens se destacam destas paredes, num relevo de ação, como amigos, que caminham para nós, e nos saúdam, com a autoridade de seu antigo magistério. Debajo destes tetos duas evidências há, que nos consolam, nos desmagem, e chegam a desconvencer-nos da morte: - a continuidade da tradição e a continuidade da justiça...”



Ruy Barbosa estudante.

Ruy Barbosa e grupo de alunos da turma de 1920 em sua casa no Rio de Janeiro.



# A Faculdade de Direito de São Paulo

## As Reformas de Ensino

Com a Proclamação da República, novas modificações foram introduzidas nos cursos de Direito. A Reforma de Benjamim Constant, de 1891, dentro do esforço de laicização do Estado, extinguiu a cadeira de Direito Eclesiástico, permitiu aos Estados da União a fundação de novas faculdades de direito e dividiu o currículo das faculdades oficiais em três cursos: de ciências jurídicas, ciências sociais e notariado.

A partir daí, uma série de novas mudanças foi feita no sentido de adequar os cursos superiores à realidade nacional. Dentre estas, destaca-se a Reforma de Ensino de 1915, que reorganizou o ensino secundário e superior.

Largo de São Francisco, visto da rua São Bento, na década de 1930. Vê-se à esquerda parte do telhado do antigo prédio da Academia de Direito e ao centro a estátua de José Bonifácio, o Moço. Acervo do Condephaat.



Largo São Francisco, visto da rua São Bento, na década de 1940. Acervo do Condephaat.



Retrato de Reynaldo Porchat. Pintura de Paulo Vergueiro Lopes de Leão. Acervo da FDUSP.



Retrato de Spencer Vampré. Pintura de Paulo Vergueiro Lopes de Leão. Acervo da FDUSP.

## Os Professores

Entre outros ilustres docentes, lecionaram nesta época:

**Antônio Dino da Costa Bueno** (Direito Civil). Coursou a Faculdade entre os anos de 1869 e 1875. Foi nomeado professor substituto em 1883 e catedrático em 1890. Intellectual brilhante, conduziu por vários anos a cadeira de Direito Civil e foi Diretor da Faculdade entre os anos de 1908 e 1912. Foi promotor e juiz, além de político atuante, tendo sido deputado federal, presidente do Senado Paulista e Governador do Estado por alguns meses.

**João Mendes de Almeida Júnior** (Prática Forense). Filho do juriconsulto e político João Mendes de Almeida, concluiu a Faculdade em 1877. Tomou-se professor substituto em 1889 e catedrático em 1891. Lecionou Teoria do Processo Civil Comercial e Criminal e Prática Forense. Foi diretor entre os anos de 1912 e 1915. Ocupou o cargo de vereador de São Paulo e o de ministro do Supremo Tribunal Federal. Grande juriconsulto, deixou legado de obras jurídicas como *O Processo Criminal Brasileiro* e *Plano de Reforma Judiciária*.

**Brasílio Machado d'Oliveira** (Direito Comercial). Formou-se pela Faculdade de Direito em 1872. Foi poeta, tendo publicado dois livros, e jornalista, tendo escrito para jornais como *O Federalista* e *Diário da Manhã*. Foi também governador do Paraná de 1884 a 1885. Tornou-se catedrático de Filosofia do Direito em 1890, posteriormente, transferiu-se para a cadeira de Direito Comercial. Foi nomeado presidente do Conselho Superior de Ensino em 1911. Deixou algumas obras publicadas como *Preleções de Direito Comercial* e *Da Unificação do Direito Privado*.

**Pedro Augusto Carneiro Lessa** (Filosofia do Direito). Bacharelou-se em 30 de outubro de 1883, e onze dias depois já recebia o grau de Doutor em Direito. Foi secretário da Relação de São Paulo e governador do Maranhão. Tornou-se professor substituto em 1888 e catedrático em 1891. Lecionou Filosofia do Direito e História do Direito, sendo considerado um dos mais respeitados mestres de seu tempo. Homem de cultura profunda era também um literato, tendo ocupado uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, além de outra no Supremo Tribunal Federal. Deixou publicadas obras como *Dissertações* e *Polêmicas e Do Poder Judiciário*.

**Antônio Amâncio Pereira de Carvalho** (Medicina Legal). Doutorado pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi nomeado lente catedrático de Medicina Pública em 1891. Professor assíduo, devotadíssimo ao magistério, claro nas lições, conseguia converter os alunos em amigos pelo afeto que lhes dispensava. Exerceu a diretoria da Faculdade de Direito muitas vezes entre os anos 1916 e 1925.

**Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho** (História do Direito). Coursou a Faculdade entre os anos de 1866 e 1870. Durante alguns anos advogou na Corte. Em 1874, ingressou na magistratura e anos mais tarde tomou-se desembargador. Atingiu o posto de professor catedrático de História do Direito em 1891. Traduziu, corrigiu e escreveu vários trabalhos literários.

**João Pereira Monteiro** (Teoria e Prática do Processo Civil e Comercial). Bacharelou-se em 1872 recebendo o grau de doutor em 18 de outubro de 1874. Candidatou-se a vaga de lente substituto em 1881, sendo nomeado no ano seguinte com a dissertação *O Perjúrio*, que obteve grande sucesso na época. Em 1883, foi nomeado lente catedrático. Foi Diretor da Faculdade de Direito no período de 1903 a 1904. Deixou obras publicadas como *Da Universalização do Direito*, *Direito de Acções* e *Da Sociedade de Participação*.

**Reynaldo Porchat** (Direito Romano). Coursou a Faculdade de Direito de São Paulo entre os anos de 1888 e 1891. Poeta e orador, foi redator do jornal "A República", ajudou a fundar o Partido Democrático e elegeu-se senador na década de 1920. Lecionou História do Brasil no Liceu de Artes e Ofícios. Na Faculdade de Direito tomou-se professor substituto em 1897 e catedrático de Direito Romano em 1903. Professor prestigiado teve sua carreira coroada com a missão de ser o primeiro reitor da recém fundada Universidade de São Paulo em 1934.

**Spencer Vampré** (Direito Romano). Matriculou-se na Faculdade de Direito em 1904. Foi nomeado professor substituto em 1917, e catedrático de Direito Romano em 1925. Foi vereador e deputado, além de jornalista. Como juriconsulto deixou uma vasta obra composta por itens como: *Interpretação do Código Civil*, *Tratado Elementar de Direito Comercial* e *Memórias para a História da Academia de São Paulo*.

**Uladislau Herculano de Freitas** (Direito Constitucional). Recebeu o grau de bacharel em 1889. Foi jornalista e político influente, tendo ocupado o Senado Paulista e o Ministério da Justiça, além de colaborar na Reforma Constitucional de 1922. Tomou-se professor em 1890 e no ano seguinte já era catedrático. Lecionou Direito Criminal e, posteriormente, Direito Público e Constitucional. Ocupou a diretoria da Faculdade por nove anos, de 1916 a 1925 e foi ministro do Supremo Tribunal Federal.

**Frederico Vergueiro Steidel** (Direito Comercial). Formado em 1887 pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi promotor público em Santos e procurador da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Fundou a Sociedade de Cultura Artística e o Liceu Franco Brasileiro e foi presidente da Liga Nacionalista de São Paulo. Tornou-se professor substituto em 1902 e catedrático em Direito Comercial em 1919. Advogado e juriconsulto, deixou publicados inúmeros trabalhos forenses e algumas de suas preleções foram publicadas sob o título *Das Fallências*.

**Manuel Aureliano de Gusmão** (Processo Civil e Comercial). Bacharel pela Faculdade de Recife em 1880, foi promotor e juiz. Como político, foi prefeito de Ribeirão Preto, deputado estadual e senador. Tornou-se professor substituto em Teoria e Prática do Processo Civil e Comercial em 1915 e professor catedrático em 1917. Foi um dos membros da comissão incumbida de elaborar o projeto do Código do Processo para o Estado de São Paulo e deixou obras como *Cousa Julgada*.

## A Faculdade de Direito de São Paulo

### As Novas Cadeiras

O Decreto nº 11.530 de 1915, reorganizou o ensino secundário e superior da República, determinando que o curso de Direito compreenderia as seguintes matérias:

- 1º ano** Filosofia do Direito
  - Direito Público e Constitucional
  - Direito Romano
- 2º ano** Direito Internacional Público
  - Economia Política e Ciência das Finanças
  - Direito Civil
- 3º ano** Direito Comercial
  - Direito Penal
  - Direito Civil
- 4º ano** Direito Comercial
  - Direito Penal
  - Direito Civil
  - Teoria do Processo Civil e Comercial
- 5º ano** Prática do Processo Civil e Comercial
  - Teoria e Prática do Processo Criminal
  - Medicina Pública
  - Direito Administrativo
  - Direito Internacional Privado

### A Universidade de São Paulo

Por iniciativa do Governo de São Paulo em entendimento com o Governo Federal, foi criada, em 1934, a Universidade de São Paulo, a qual, além de anexar as várias instituições de ensino superior já existentes, criou também a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Nessa oportunidade, a Faculdade de Direito passou a abrigar em seu edifício a Reitoria da nova universidade, tendo sido escolhido o Profº Reynaldo Porchat como seu primeiro reitor.

Júlio Mesquita Filho e o grupo de professores franceses da Faculdade de Filosofia da recém-criada Universidade de São Paulo. De pé, da esquerda para a direita: Michel Berveiller, francês, prof. de grego; René Thiollier, brasileiro, da Academia Paulista; Cantídio de Moura Campos, brasileiro, prof. da Faculdade de Medicina; prof. francês não identificado; Affonso d'Escragnoille Taunay, brasileiro, Diretor do Museu Paulista; Pierre-Etienne Borne, prof. de Filosofia; Paul Arbousse-Bastide, francês, prof. de Sociologia; Paul Hugon, prof. da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas; Júlio de Mesquita Filho, do jornal *O Estado de S. Paulo*; André Dreyfus, brasileiro, prof. de Biologia Geral; Sergio Milliet, brasileiro, prof. da Escola de Sociologia e Política; Vicente Rao, prof. da Faculdade de Direito. Sentados da esquerda para a direita: Robert Garric, francês, prof. de Literatura Francesa; não identificado; Reynaldo Porchat, prof. da Faculdade de Direito, primeiro Reitor da USP; não identificado; Theodoro Ramos, prof. da Politécnica, primeiro Diretor da Faculdade de Filosofia. Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*.



## A Velha e Sempre Nova Academia

### Reerguem-se as Arcadas

No início dos anos 30 começou a germinar a idéia de uma grande reforma do antigo Convento. Os principais motivos eram as necessidades práticas de espaço, salas mais adequadas e a própria situação do edifício. O projeto foi encomendado pelo então diretor Alcântara Machado ao escritório de Ricardo Severo, sucessor de Ramos de Azevedo.

Da proposta inicial, que previa o aproveitamento do edifício existente acrescido apenas de um novo pavilhão, evoluiu-se para o projeto de um novo prédio de quatro pavimentos. Concluiu-se que preservar uma história e seu valor simbólico implicava em promover uma modernização, sob pena de se ficar para trás e já sem força de atuação. Assim, foi decidida a demolição do antigo Convento de São Francisco.

A condição imposta para isso foi a manutenção do Pátio das Arcadas. Além deste, foram também mantidos o túmulo de Júlio Frank, o relógio na fachada e as placas de mármore com os nomes da tríade de poetas-estudantes encimando a portada.

Em 1938, após muitas polêmicas, foi concluído o novo prédio monumental da Faculdade de Direito que se impôs no Largo de São Francisco como novo símbolo da Liberdade, do Direito e da Justiça.



Projeto da Faculdade de Direito: detalhe da fachada.



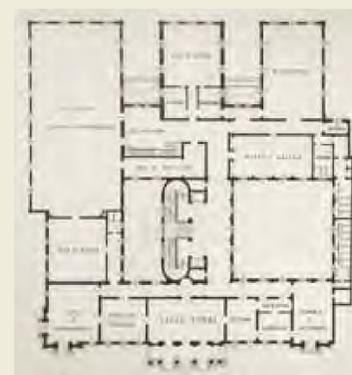
Projeto da Faculdade de Direito: fachada, parte central.



Aspecto da demolição do antigo prédio da Faculdade de Direito, em 1933.



Planta do 1º andar do novo prédio da Faculdade de Direito.



Planta do 2º andar do novo prédio da Faculdade de Direito.



Planta do 3º andar do novo prédio da Faculdade de Direito.

Aspecto do início da construção do novo prédio da Faculdade de Direito. Vista da rua Riachuelo, antes da demolição do antigo prédio, em 1933.



Novo prédio da Faculdade de Direito no final da década de 1930.



# A Presença dos Estudantes

## A Força dos Estudantes

A paixão pela ação política sempre foi, em todos os tempos, uma das características mais fortes dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Abraçando as grandes causas que movimentaram as primeiras décadas do século XX, como a Campanha Civilista, as Revoluções de 1930 e 1932 e a resistência ao Estado Novo, os acadêmicos demonstraram grande convicção em seus ideais políticos.

Manifestações, passeatas, jornais, revistas e, até mesmo, a luta armada, todos esses instrumentos foram usados pelos estudantes que transformaram o Largo de São Francisco em espaço emblemático de luta, marco da história da liberdade do país, obstáculo intimidador das iniciativas de caráter arbitrário do Estado.



Estudantes na entrada da Faculdade de Direito, no início da década de 1930.



Veículos e soldados à frente da Faculdade de Direito durante a Revolução de 1932.

Bacharéis formados em 1924, com o paraninfo Francisco Morato.



# Um livreiro amigo

## Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva O Conselheiro Saraiva

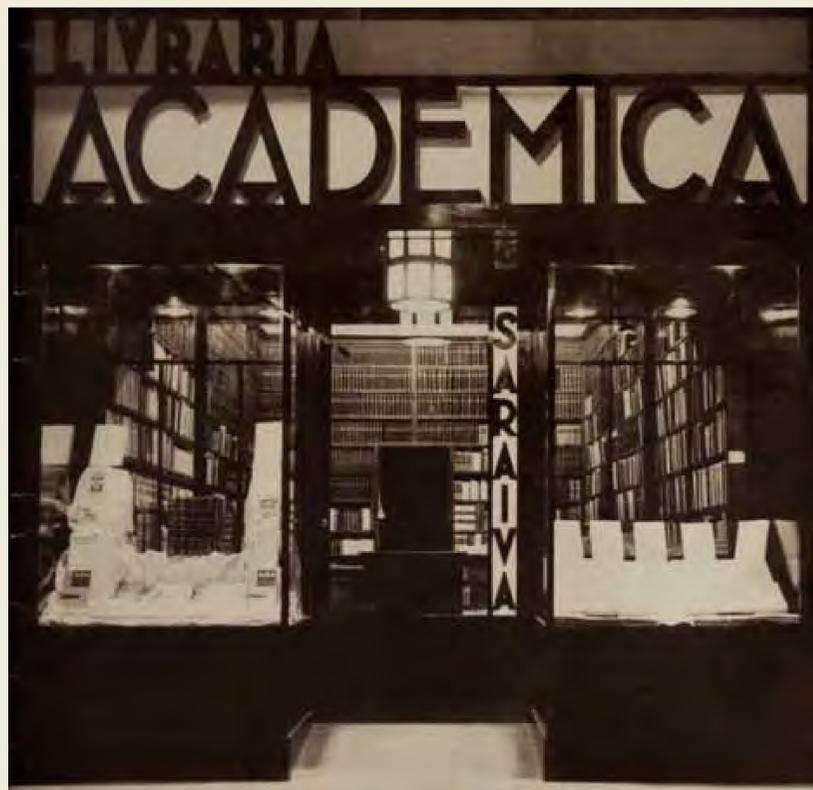
Em 1914, um novo personagem entraria para a história da Faculdade de Direito de São Paulo. Neste ano, Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva, ex-estudante de Direito em Coimbra, montou um pequeno estabelecimento de comércio de livros usados no Largo do Ouvidor. Nascia a “Livreria Acadêmica”. O proprietário, um apaixonado por livros jurídicos, logo se aproximou dos professores e alunos do Largo de São Francisco, ganhando o apelido de Conselheiro Saraiva pelas valiosas indicações que dava àqueles que freqüentavam sua livreria.

Para os estudantes, o Velho Saraiva, além de vender fiado e aconselhar na compra de livros e nos pontos a estudar para o exame, foi também um companheiro pessoal, animando-os nos momentos de dificuldades na vida acadêmica.

Por essa ligação tão estreita com o mundo do Direito, não é de se estranhar que em 1917, ao inaugurar a fase editorial da Livreria, as primeiras obras editadas tenham sido de cunho jurídico.

Em 1971, a Faculdade de Direito imortalizou esse laço, descerrando em seu pátio uma placa comemorativa ao nascimento de Joaquim Saraiva, abrindo uma exceção única ao homenagear uma pessoa que não cursou a tradicional Academia.

Fachada da Livreria Acadêmica, fundada em 1914.



Homenagem dos estudantes da Faculdade de Direito ao Conselheiro Saraiva em 1929.



## O dia do “pindura”

O dia onze de agosto sempre foi uma data muito importante para todos aqueles ligados aos Cursos de Direito. No início do século, os acadêmicos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco criaram uma forma original para a comemoração desta data, o tradicional “pindura”.

A estudantada, depois de banquetear-se nos restaurantes da cidade, pendurava a conta, limitando-se a deixar a gorjeta para o garçom. Essa tradição espalhou-se entre os estudantes de muitas outras faculdades como uma forma divertida de manter viva a memória do marco inicial da história do Direito no nosso país.